



PSD p.4

Reforma do IRS aumenta rendimento a mais de um milhão de famílias



PSD p.6

“Podemos e devemos ganhar as próximas eleições”

POVO LIVRE



nº 1859

21 de Janeiro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

GOVERNAR COM CORAGEM



Pedro Passos Coelho no primeiro debate quinzenal de 2015

Primeiro debate quinzenal de 2015 no Parlamento

Governar com coragem

No debate quinzenal, na Assembleia da República, o presidente do grupo parlamentar do PS leu um conjunto de notas em que criticou o governo pela sua actuação em temas como o sistema de justiça, urgências dos serviços de saúde, requalificação na segurança social, caderno de encargos na privatização da TAP e “discriminações positivas” em carreiras do Ministério das Finanças. O Primeiro-Ministro respondeu a Ferro Rodrigues, afirmando que o líder parlamentar do PS “pretendeu para a comunicação social que o debate fosse sobre isolamento”. “Já percebi isso e até o ajudo nesse seu objectivo, porque o Governo não se importa de estar isolado se com isso estiver a servir o país. Eu sei que muitos outros políticos ficam preocupadíssimos, ansiosíssimos quando se sentem isolados, mas é preciso ter a coragem de não ter medo de ficar isolado para se chegar onde é preciso chegar”, afirmou Passos Coelho, recebendo palmas das bancadas do PSD e do CDS.

Passos Coelho lembrou que o executivo “pagou dívidas” na ordem dos 3,5 mil milhões de euros deixadas pelo anterior Governo socialista na saúde. “Havia uma ameaça de cortar fornecimentos ao Sistema Nacional de Saúde, mas este Governo, além de pagar parte substancial das dívidas, procedeu à capitalização dos hospitais e realizou uma política, apesar das restrições, que não colocou em causa a qualidade e o volume dos serviços prestados”, advogou.

A propósito da emissão de Obrigações do Tesouro a 10 anos e a 30 anos realizada na semana passada, Passos Coelho sustentou: “Começa a haver um desfazamento entre aquilo que é o reconhecimento do mercado relativamente à nossa trajectória de dívida pública e à credibilidade da política orçamental e aquilo que está reflectido nas agências de ‘rating’”.

“Nós não temos de nos irritar muito com as questões ligadas às decisões das agências de ‘rating’”, considerou o primeiro-ministro, acrescentando: “A minha confiança é que, havendo este desfazamento, haverá naturalmente uma correcção, mais dia, menos dia, por parte das agências de ‘rating’”.

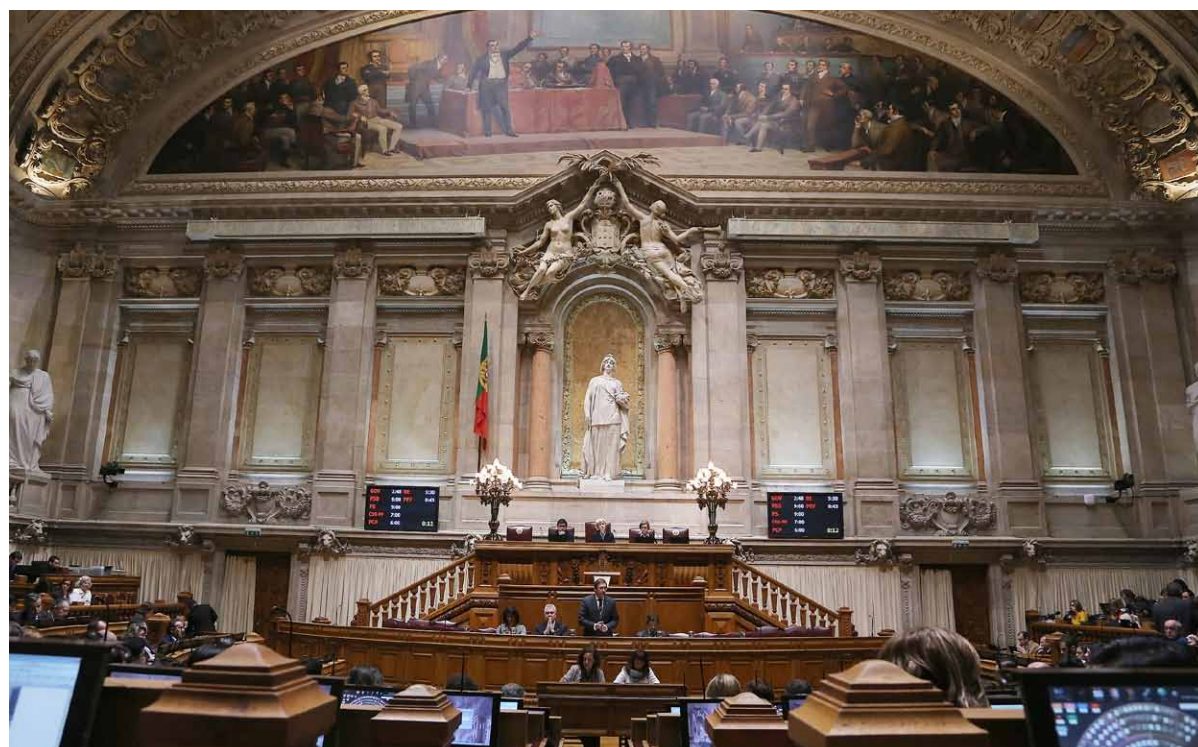
Passos Coelho assinalou que “Portugal ainda não tem ‘investment grade’ - recomendação de investimento atribuída pelas agências ‘rating’ - e que, portanto, há um conjunto muito relevante de investidores que, por essa razão, ainda não têm possibilidade de aparecer nestes leilões” de títulos de dívida portuguesa.

O tema foi levantado pelo líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, que considerou que Portugal é hoje “um país diferente” daquele que era governado pelo PS: “Já não paga juros a 10 por cento ou mais e faz operações com condições iguais ou melhores do que aquelas que fazia antes mesmo de 2008”.

Luis Montenegro referiu que “esta semana o Estado português colocou no mercado 5,5 mil milhões em Obrigações do Tesouro, 2 mil milhões numa maturidade de 30 anos, coisa que só tinha sucedido em 2006, muito antes da crise financeira, e 3,5 mil milhões na maturidade de 10 anos”, com juros que “rondam os 4,1 por cento no caso dos empréstimos a 30 anos e 2,8 por cento na maturidade de 10 anos”.

O líder parlamentar do PSD perguntou ao Primeiro-Ministro se, face a esta “confiança dos mercados”, é expectável uma “recuperação do ‘rating’ da República portuguesa”.

Depois, criticou as instituições que “teimam em ter reservas” relativamente à trajectória de consolidação das contas públicas portuguesas: “A ‘troika’ ou, felizmente para os portugueses, a ex-‘troika’ tem levantado algumas dúvidas à trajectória orçamental do nosso país, dúvidas essas que pelos vistos os vorazes mercados não acompanham”.





aprecia a forma como os Estados Unidos lidaram com esta matéria” e que fez saber isso ao executivo norte-americano.

Passos Coelho ressaltou que compreende a reformulação da presença militar norte-americana fora do seu território.

“Percebemos isso, mas percebemos também, e dissemo-lo aos Estados Unidos da América, que a Base das Lajes tem representado algo de muito importante no acordo entre os dois países não apenas em termos militares, mas também em termos políticos”, prosseguiu.

No final da sua intervenção, Passos Coelho mencionou que o Governo português e o Governo Regional dos Açores decidiram constituir uma comissão “para encontrar medidas que, do lado português, entre Administração Central e Administração Regional, possam de alguma maneira atenuar também este impacto e encontrar formas de revitalizar do ponto de vista económico a ilha Terceira”.

Preocupação com o desemprego

O Primeiro-Ministro reiterou que está preocupado e atento com o desemprego. “Quero reafirmar aqui a minha preocupação com os valores que se observaram nos últimos dois meses que são conhecidos de

resultados sobre a estatística de desemprego. Houve um aumento do valor do índice, e isso evidentemente preocupa o Governo”, declarou Pedro Passos Coelho. O líder do Governo respondeu desta forma ao presidente da bancada parlamentar do PSD, Luís Montenegro, que lhe tinha perguntado pela “subida ligeira da taxa de desemprego”. Segundo o Primeiro-Ministro, “não significa que durante um processo de recuperação não possam existir fenómenos desta natureza”, mas o importante é a tendência. “Não estou certo de que isto transmita uma inversão de tendência, mas precisamos de estar atentos”, acrescentou.

Futuros compradores da TAP terão de respeitar acordos de empresa existentes

O caderno de encargos para a privatização da TAP prevê que todos os acordos de empresa existentes “terão de ser respeitados pelos futuros compradores”. As declarações do chefe do Governo foram proferidas durante o primeiro debate quinzenal de 2015. Pedro Passos Coelho referiu que a resolução do caderno de encargos para a privatização da TAP será publicado em “Diário da República” e comunicado durante esta semana.

Em seguida, Passos Coelho mencionou que a emissão de dívida a 30 anos tem uma maturidade “que se coloca para além do último reembolso de todos os empréstimos que as instituições da ‘troika’ fizeram a Portugal”, o que apontou como um sinal de confiança dos mercados.

Tanto o Primeiro-Ministro como o líder parlamentar do PSD advogaram que o resultado desta recente emissão de dívida demonstra confiança na sustentabilidade da dívida portuguesa, que associaram ao discurso do Governo de cumprimento dos seus compromissos. “Quando outros países põem em dúvida, seja por via da estabilidade política, seja por qualquer outra razão, o cumprimento das suas obrigações, nem é preciso esperar pelas agências de ‘rating’ são logo os investidores a penalizar a sua dívida”, disse Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro citou a Grécia como exemplo: “Estava com taxas de juro muito próximas de 6 por cento e a verdade é que chegou a atingir mais de 10 por cento durante as últimas semanas”.

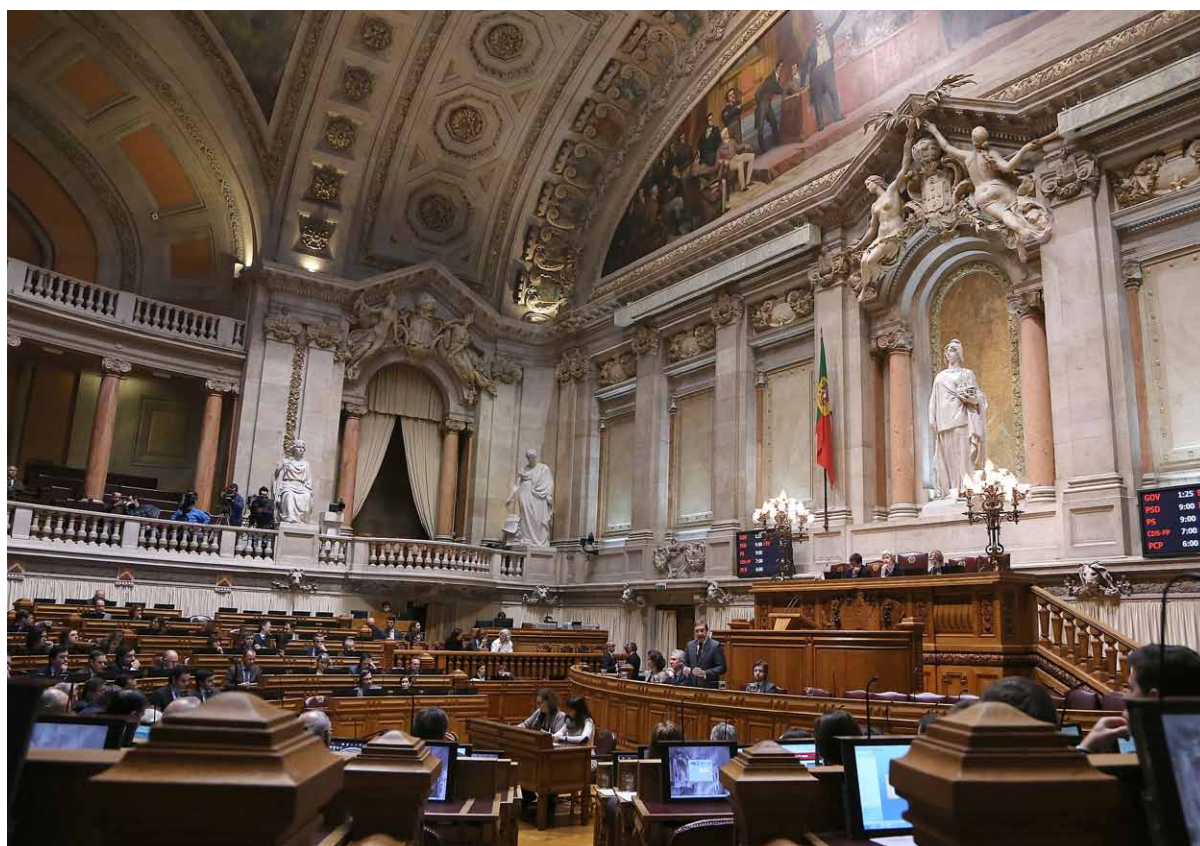
Governo admite suscitar revisão de acordo técnico da Baje das Lajes

O Primeiro-Ministro defende que os Estados Unidos “não podem deixar de atender” ao impacto económico da redução da sua presença na Base das Lajes e, a este propósito, admitiu suscitar a revisão do acordo técnico bilateral. “O impacto financeiro e económico que esta medida traz, quer para a ilha Terceira, quer para o arquipélago dos Açores, tem um peso muito negativo ao qual os Estados Unidos da América não podem deixar de atender”, afirmou Pedro Passos Coelho, durante o debate quinzenal, na Assembleia da República, dia 16.

O Governo português “não deixará de suscitar essa questão” na reunião da Comissão Bilateral Permanente prevista para Fevereiro “e, se preciso for, de suscitar a revisão do acordo técnico que está no centro desse acordo”.

O chefe do executivo referiu que tem recebido das autoridades americanas sinais de “abertura dos Estados Unidos para procurar encontrar com Portugal respostas que possam atenuar este efeito”, acrescentando: “Mas evidentemente, até hoje, o que tivemos foi muito verbo e pouca acção”.

O Primeiro-Ministro abordou este assunto em resposta ao líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, e começou por referir que o Governo português “não



Reforma do IRS aumenta rendimento a mais de um milhão de famílias

O vice-presidente coordenador da Comissão Política Nacional revelou que, em resultado da reforma do IRS, mais de um milhão de famílias vão ter mais rendimento mensal disponível em 2015 e 120 mil famílias ficarão isentas deste imposto. Em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, em Lisboa, Marco António Costa reiterou que o governo promove “uma fiscalidade amiga da família e da natalidade, que as tabelas de retenção na fonte agora publicadas para 2015 vêm comprovar”.

“A promoção de uma fiscalidade amiga da família e da natalidade que as tabelas de retenção na fonte agora publicadas para 2015 vêm comprovar, estão associadas, entre outras coisas, aos seguintes objectivos: mais de um milhão de famílias que terão mais rendimento disponível no final do mês; 120 mil famílias que deixam de pagar IRS, na que é a maior reforma do IRS desde há 26 anos; reforço e protecção de famílias com ascendentes ou descendentes a cargo, particularmente as de rendimentos mais baixos”, sublinhou o vice-presidente do PSD, defendendo que esta foi “sem dúvida a mais ampla reforma que o IRS conheceu nos últimos 26 anos”.

Marco António Costa referiu “houve a preocupação de garantir que há um reforço da protecção das famílias com ascendentes ou descendentes a cargo, particularmente aqueles que têm menor rendimento mensal”.

O porta-voz do PSD considerou que o “processo de requalificação” em curso na Segurança Social se enquadra no “espírito reformista” do Governo e deve



estender-se a todos os outros ministérios. Em causa está a redução do número de trabalhadores dos serviços de Segurança Social através da saída de cerca de 700 funcionários para a chamada requalificação,

regime que substituiu o quadro da mobilidade especial, que integra funcionários públicos considerados excedentários, prevendo um período de formação profissional, e implica reduções salariais.

Fiscalidade verde permitiu descida de IRS

O ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, recordou que foi a fiscalidade verde que permitiu baixar o IRS e criticou os que festejaram a medida omitindo o que permitiu a descida do imposto. “Sem a fiscalidade verde não haveria descida do IRS”, escreveu Jorge Moreira da Silva na sua página pessoal no Facebook.

Sem apontar quaisquer nomes, Moreira da Silva criticou quem festejou a medida esquecendo ou omitindo a reforma da fiscalidade verde. “Lidas as notícias, hoje, muitos se apressaram a festejar, e outros a elogiar, a descida do IRS, pelo efeito do novo quociente familiar, com efeitos imediatos na retenção mensal na fonte. Também eu me congratulo. Luto por isto há muito tempo. Com uma diferença: eu não esqueço, nem omito, aquilo que permitiu esta descida”, lê-se no comentário da sua página de Facebook.

Moreira da Silva considerou “uma pena” que “se continue a omitir que é a fiscalidade verde e apenas a fiscalidade verde, com o montante de 150 milhões de euros, que financia integralmente a descida do IRS”. “Repito, sem a fiscalidade verde não haveria descida do IRS. Logo, não estamos a falar de descida de impostos, nem de tentações eleitoralistas”, defendeu, para sublinhar que a medida faz parte de uma “reforma estrutural que configura uma mudança de paradigma”: tributar mais o que polui e tributar menos o rendimento das famílias.

O comentário de Moreira da Silva termina com uma pergunta: “Será intelectualmente honesto continuarmos a criticar a fiscalidade verde e elogiar a descida do IRS, quando é a primeira, e apenas esta, que financia a segunda?”.

José Matos Rosa em Portimão, São João da Madeira e Loures

O secretário-geral do PSD esteve na sessão de tomada de posse da Secção do PSD de Portimão, dia 15 de Janeiro. No sábado, José Matos Rosa deslocou-se igualmente a São João da Madeira, para participar num jantar/gala de homenagem a autarcas, fundadores e presidentes da concelhia. A sessão comemorativa dos 40 anos do PSD de São João da Madeira reviveu os momentos da história do concelho e o dia em que Francisco Sá Carneiro - 18 de Janeiro de 1976 - marcou presença na cidade, num comício. Esta iniciativa contou ainda com a presença do ex-presidente Luís Marques Mendes. Na segunda-feira, dia 19, o vice-presidente Carlos Carreiras, e o secretário-geral Matos Rosa estiveram na apresentação dos novos órgãos do PSD de Loures (cerimónia a que se associaram o presidente da Distrital de Lisboa, Miguel Pinto Luz, e o líder da Secção de Loures, Ricardo Andrade).



Francisco Pinto Balsemão

“Podemos e devemos ganhar as próximas eleições”

Para o militante n.º 1 e presidente da Comissão Coordenadora das Comemorações dos 40 anos do PSD, Francisco Pinto Balsemão, “Podemos e devemos ganhar as próximas eleições legislativas”. “Temos ainda uma parte da nossa missão para cumprir. Não faz sentido para o país, não é útil entregar de novo o poder a quem provou que não sabe governar. Não vamos cruzar os braços”, destacou o fundador do PSD, acompanhado pelo vice-presidente José Matos Correia, na inauguração da sede do PSD do Cadaval, dia 16.

Francisco Pinto Balsemão apontou como motivos para uma vitória do PSD nas próximas legislativas a redução do desemprego, o crescimento da economia e o facto de a balança comercial estar a ter um comportamento positivo. “Com tudo isto, o PSD demonstra que está vivo”.

A pensar nas legislativas, Pinto Balsemão recomendou que o Governo, liderado por Pedro Passos Coelho, deve ser “menos tecnocrático e mais chegado às pessoas”, apontando como medidas positivas, que vão nesse sentido, a redução do IRS anunciada. Dando como exemplos os casos BES, dos chamados “vistos dourados”, Pinto Balsemão defendeu ainda, no discurso, que “a limpeza do poder deve avançar até ao fim”. O social-democrata considerou ainda fundamental rever a lei eleitoral.

Ao final do dia, o vice-presidente José Matos Correia participou, também, numa sessão comemorativa dos 40 anos do PSD, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Cadaval.



Conselho de Ministros aprova delegação de competências nos municípios

O Conselho de Ministros aprovou, dia 15, o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais, através de “contratos interadministrativos” nas áreas da educação, saúde, segurança social e cultura.

“A implementação prevista, até devido à natureza dessas competências, é progressiva, com projectos-piloto, que assentam na adesão voluntária dos municípios ou comunidades”, afirmou o ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro, na conferência de imprensa que se seguiu à reunião do Conselho de Ministros.

O decreto de lei aprovado “Identifica princípios e o método comum ao abrigo dos quais vai decorrer a contratualização”, e que passam pela “igualdade entre todos os municípios interessados”, a “garantia de transferência dos recursos financeiros e patrimoniais necessários ao serviço público em causa”, a “obrigatoriedade da melhoria da qualidade desse serviço”, que será “aferida através de indicadores de resultado” e envolverá a “criação de mecanismos de monitorização e avaliação”.

Miguel Poiars Maduro respondeu que este processo “tem beneficiado de uma ampla consulta e negociação com os municípios”. “Este tema já foi debatido duas vezes no conselho de concertação territorial e houve sempre um largo consenso daqueles que estão representados no conselho de concertação social da importância de avançar com este processo”, afirmou.

Poiars Maduros disse que nessas áreas em que ainda não existem contratos, haverá discussão “não apenas com os municípios individualmente mas também com a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses”.

“Estamos convencidos de que isso, bem como a circunstância de se tratar de um processo voluntário, em que só participam os municípios que assim o entendam, é a melhor garantia de que o processo se fará em consenso, o processo se fará tranquilamente com municípios e com comunidades intermunicipais”, declarou.

O ministro disse acreditar que a metodologia seguida pelo Governo, bem como “o interesse que continua a ser manifestada por muitos municípios”, permitirá que o processo “avance de forma consensual, permitindo que, finalmente, depois de muitas décadas de discussão em abstracto sobre descentralização em Portugal se comece a concretizar esse processo de descentralização”.

Relativamente aos recursos financeiros, Poiars Maduro insistiu que “já há um acordo de princípio claro”, segundo o qual, por exemplo na Educação, “os recursos financeiros a transferir são os recursos financeiros que o Ministério da Educação e Ciência actualmente depende no exercício dessas mesmas competências nesse município ou comunidade intermunicipal”.

O regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais irá agora para promulgação do Presidente da República.

Fonte do Governo disse à Lusa que os primeiros contratos deverão ser assinados logo após a promulgação por Cavaco Silva, adiantando que o Executivo considera que o “número adequado nesta fase inicial do projecto-piloto é a participação de 10 municípios”.

Os contratos para transferências na área da Educação devem permitir que os municípios envolvidos iniciem a gestão de escolas segundo o novo modelo já no início do próximo ano lectivo.

O Governo prevê também negociar transferências na área da Cultura e na da Saúde, em moldes cujos detalhes são ainda desconhecidos.



No caso da Cultura, em causa está a transferência para os municípios de equipamentos de âmbito não nacional e, quanto à Saúde, os municípios poderão assumir parte na gestão dos centros de saúde.

Em conferência de imprensa, dia 15, os Autarcas Social Democratas congratularam-se pela aprovação do diploma estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, nomeadamente nas áreas da educação, saúde, acção social e cultura. Esta aprovação vem exactamente no sentido das posições assumidas pelos ASD e da generalidade dos autarcas portugueses ao longo dos últimos anos em favor do reforço do papel dos municípios e das entidades intermunicipais em áreas essenciais para as populações locais dotando os mesmos de instrumentos para a resolução de problemas concretos.

Os ASD acreditam que, em especial nos domínios das funções sociais, o melhor caminho para implementar um processo seguro e rigoroso de descentralização é “através de um processo progressivo e faseado através

de projectos-piloto. Só assim é possível efectuar uma delegação de competências séria e credível sustentada em dados concretos e rigorosos e não em meros enunciados políticos. Decisões baseadas em resultados obtidos através de mecanismos de avaliação e monitorização dos projectos-piloto e não em suposições teóricas, serão sempre mais credíveis e produtivas para uma verdadeira descentralização. Demonstrar os resultados.”

Tal como o Conselho de Concertação Territorial afirmou em Dezembro passado, os ASD acreditam na metodologia proposta pelo Governo, onde não são atribuídas competências de forma indiscriminada e à revelia dos municípios. Os ASD entendem que esta metodologia é a mais adequada e respeitadora da autonomia local, uma vez que as competências apenas serão delegadas mediante a celebração de contratos interadministrativos entre o Governo e os municípios e entidades intermunicipais, ou seja, só com uma manifestação de vontade por parte das entidades locais é que estas assumem as responsabilidades delegadas.

Portugal está disponível para apoiar a diversificação da economia angolana

“Portugal está disponível para apoiar a diversificação da economia de Angola, ainda sustentada no petróleo, através das empresas nacionais”, afirmou o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, à saída de uma reunião com o Ministro da Economia angolano, Abrão Gourgel, em Luanda, onde efectuou uma visita oficial de dois dias.

Assinalando que “há muitas oportunidades para que as duas economias se entrelacem ainda mais”, o ministro referiu o “interesse de empresas portuguesas que pretendem internacionalizar-se para Angola, apoiando a diversificação da economia nacional, existindo uma motivação recíproca para a instalação de empresas angolanas em Portugal”.

“Foi também criado um observatório comum a Portugal e a Angola, bem como um fórum de empresas bilateral, a realizar em Luanda, até Abril”, afirmou Rui Machete, após ter sido recebido pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e ter-se reunido com o ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti.

“A comissão ministerial de Portugal e Angola vai reunir-se pelo menos uma vez por ano, para impulsionar as relações bilaterais, devendo Luanda receber até Abril um fórum empresarial”, afirmou o Ministro, acrescentando que este “será um fórum de empresas portuguesas que vêm a Luanda discutir os problemas dos investimentos, das exportações, das importações, com empresas angolanas”.

Rui Machete revelou que, “até Abril, será assinada a constituição de um observatório empresarial das empresas portuguesas e angolanas. Basicamente, servirá para monitorizar aquilo que são os investimentos e o comportamento das empresas, angolanas e portuguesas, para as ajudar a desenvolver melhor os seus negócios e prevenir alguns erros que eventualmente ocorrem”.

Vistos em passaporte facilitador para empresários

O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Machete, anunciou a intenção de avançar com um regime de vistos em passaporte facilitador para empresários, no âmbito do acordo já vigente com Angola.



“O acordo de vistos [com Angola] pode ser francamente melhorado”, admitiu Rui Machete, em declarações aos jornalistas ainda no palácio presidencial, em Luanda, no primeiro de dois dias de visita oficial a Angola.

“Admito que haja progressos a fazer, designadamente se nós conseguirmos descobrir os meios adequados para criar vistos empresariais mais eficazes”, sublinhou o ministro português, garantindo que o balanço feito com o homólogo angolano, sobre o actual acordo de vistos, é positivo.

O ministro enfatizou ainda o “reforço significativo” recentemente introduzido na emissão de vistos nos consulados de Portugal em Luanda e em Benguela, o mesmo acontecendo por parte de Angola.

“Mas, sobretudo, o que registámos é que não há ainda um conhecimento suficiente das potencialidades que o acordo já tem, o que é pena”, apontou, em declarações conjuntas com o homólogo angolano.

“A parte portuguesa fez um esforço considerável em

termos da redução dos tempos de concessão dos vistos nos seus consulados. Acho que devemos trabalhar mais para aumentar o nível da facilitação, também por parte de Angola, particularmente para a classe empresarial”, reconheceu Georges Chikoti, no final da audiência do governante português com José Eduardo dos Santos.

Ainda sobre a emissão de vistos, tendo em conta que Portugal é uma das portas principais para entrada dos angolanos no espaço Schengen, o ministro Rui Machete admitiu a necessidade de “atenção” às novas regras que os países europeus pretendem adoptar, na sequência dos atentados de Paris.

“Eu penso que não haverá [risco de diminuição de emissão de vistos para angolanos], se justamente tomarmos as cautelas necessárias e devemos estudar atentamente os problemas, quando eles surgirem. Neste momento ainda não há razões para pensar em concreto em nenhuma ameaça desse tipo”, assegurou o ministro português.



Cinema e audiovisual recebem apoios de 17 milhões de euros

O secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier, anunciou a abertura dos programas de apoio ao cinema e audiovisual, com o valor de 17,163 milhões de euros. Este número equivale a um aumento de quase 2,5 milhões de euros em relação a 2014, e de cerca de 7,2 milhões de euros em comparação a 2013. É o montante mais elevado de sempre, pois o valor médio dos últimos anos rondou os 10 milhões de euros.

O Instituto de Cinema e Audiovisual abre 20 concursos divididos entre quatro programas de apoio: novos talentos e primeiras obras; cinema; audiovisual e multimédia; e internacionalização.

Ao todo, o financiamento à área do cinema será de 13,7 milhões de euros, o que reflecte um aumento de 28 por cento face a 2014. A este valor acrescem também os referentes ao Protocolo Luso-Brasileiro (507 mil euros) e ao Fundo Luso-Francês (1,1 milhões de euros). A área do audiovisual e multimédia irá dispor de 3,433 milhões de euros, um aumento de quase 500 mil euros em relação ao ano anterior.

Os prazos para entrega de candidaturas podem ser consultados em: <http://www.ica-ip.pt>.

Defender o território de ameaças terroristas

O ministro da Defesa sublinhou a necessidade de as Forças Armadas defenderem “cada vez mais” o território perante as ameaças terroristas. “A primeira missão das Forças Armadas é fazer a defesa dos nossos territórios e vemos o quanto [isso é] importante quando hoje somos assolados com as ameaças do terrorismo e das piratarias”, declarou José Pedro Aguiar-Branco, acrescentando que “cada vez mais vamos dando valor e estamos preparados para estarmos em condições de poder responder de forma pronta a essas ameaças.

O governante, que falava na Lourinhã durante a cerimónia de assinatura de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Administração Local e o Exército, deu como exemplos a intervenção da Força Aérea na intersecção de aeronaves russas, que circulavam em espaço sob jurisdição portuguesa, ou o resgate pela Marinha de cidadãos ilegais oriundos do continente africano, ambas em 2014.

Entre as missões de defesa do território, Aguiar-Branco destacou a ajuda às populações em trabalhos, como a limpeza de rios.

A parceria firmada entre a Secretaria de Estado da Administração Local e o Exército visa a colaboração militar com os municípios em obras de desmatamentos, limpeza dos rios, terraplanagens, drenagens e abertura ou beneficiação de caminhos.

Para Aguiar-Branco, “é um bom exemplo racionalidade de meios e de que poder local e Forças Armadas são capazes de trabalhar de forma articulada”, sublinhando que “é uma ideia errada” quando as Forças Armadas são criticadas por estarem “dentro dos quartéis sem fazerem nada”.

O plano de actividade operacional do Exército para 2015 prevê trabalhos nos concelhos de Montachique, Castro Marim, Castelo de Vide, Portimão, Ponte de Sor, Sardoal, Monforte, Ferreira do Alentejo, Moura, Espinho, Arouca e Castanheira de Pera. Desenvolvidos pelas unidades de engenharia n.º 1 e n.º 3, o prazo médio de execução das obras ronda os seis a oito meses.



Entre 2011 e 2014, foram feitos trabalhos nos concelhos de Beja, Coimbra, Cantanhede, Vila Nova da Barquinha, Aljustrel, Sesimbra, Covilhã, Ribeira de Pena, Entroncamento, Mira, Abrantes, Golegã, Lourinhã e Sardoal.

De acordo com dados disponibilizados pelo Exército, foram intervencionados 50 mil metros quadrados em desmatamentos, 346 mil metros quadrados em aterros, 185 mil nivelados e 225 mil compactados. 400 mil metros

cúbicos foram escavados e 65 mil metros cúbicos de terras transportados.

O Exército participou ainda na construção de taludes, numa área de 550 metros quadrados, na colocação de 200 manilhas, na pavimentação de 35 metros cúbicos de asfalto e na limpeza de valetas (nove mil) e de três quilómetros de linhas de água. Na Lourinhã, está a limpar ribeiras desde Setembro, ocasião em que o concelho registou cheias.

Governo assina protocolos para criação de Espaços do Cidadão

O governo, anunciou, dia 14, ter assinado protocolos para a instalação de Espaços do Cidadão com 72 municípios, contando até sexta-feira aumentar o número para 90. Os Espaços do Cidadão visam prestar um atendimento digital assistido a pessoas que têm dificuldade em lidar com novas tecnologias, sendo lançados em parcerias com entidades como as autarquias locais e os CTT-Correios de Portugal.

A criação de uma rede de Espaços do Cidadão inclui-se no programa do Governo “Aproximar” que tem por objectivo “fazer a racionalização do território, aproveitando as potencialidades da tecnologia”.

Nestes locais, tirada uma única senha e com a ajuda de um funcionário, é possível tratar de assuntos como requisitar certidões, pedir o cartão europeu de seguro de doença, renovar a carta de condução ou mudar a residência no Cartão do Cidadão, entre outros.

Além dos números gerais sobre um processo que, salientou o secretário de Estado, “torna as administrações central e local mais próximas”, Joaquim Cardoso da Silva anunciou que na próxima semana o Governo vai assinar novos protocolos com os CTT.

Questionado sobre quanto é que o Estado está a investir neste projecto, o governante avançou que cada posto custa cerca de oito mil euros.

Os locais onde os Espaços do Cidadão são instalados são indicadas pelas autarquias, assim como os funcionários que ali trabalham, sendo a formação destes da responsabilidade do Estado.

Em Vila Nova de Gaia, por exemplo, onde foi formalizada a criação de 16 espaços, a autarquia decidiu instalar um nos Paços do Concelho e os restantes em cada uma das freguesias, privilegiando os edifícios que, na reorganização administrativa local, deixaram de ser sede das uniões de freguesias.

Hoje também a câmara de Gondomar formalizou a criação de dez Espaços do Cidadão, oito dos quais também nas freguesias ou uniões de freguesia. Fonte da autarquia indicou à Lusa que o primeiro a arrancar será o de Rio Tinto, localizado no Centro Cultural. Em S. Cosme, sede do concelho de Gondomar, será feita uma reconversão da actual Loja do Cidadão.

Tanto em Gaia, como em Gondomar, ambos concelhos do distrito do Porto, as autarquias decidiram aproveitar estes espaços para juntar serviços municipais como pagamentos de facturas ou pedidos de licenciamento.



Empresas recuperam dinâmica anterior à assistência financeira

O tecido empresarial português recuperou em finais de 2014 a dinâmica anterior ao Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), tendo registado o valor mais baixo de encerramentos desde 2007, segundo o barómetro anual Informa D&B, divulgado na semana passada. De acordo com as conclusões do barómetro, o ano de 2013 “mostra, pela primeira vez, uma inversão da tendência de subida das insolvências verificada desde 2007”, sendo notória uma descida “ainda mais acentuada” em 2014, de -20,6 por cento.

Em 2013 e 2014 verificou-se também “um dos valores mais altos desde 2007” no que respeita à criação de novas empresas, para um total de 35 mil, sendo que no ano passado, por cada empresa que encerrou, nasceram 2,5 novas entidades, o rácio mais elevado desde 2007.

“A dinâmica do tecido empresarial português recuperou, segundo números do final de 2014, para valores semelhantes aos que registava antes do Programa de Assistência Económica e Financeira, após um período de convulsão especialmente acentuado em 2011 e 2012”, destaca a Informa D&B, que cruzou informação sobre constituições, encerramentos e insolvências das empresas com a análise do seu desempenho nos últimos anos.

Durante os primeiros anos do PAEF, recorda, tinha-se

registado uma considerável subida de encerramentos, com as insolvências a atingirem os valores mais altos desde 2007.

As insolvências registaram uma “descida significativa” de 20,6 por cento, passando de 5.545 para 4.401, o que permitiu atingir em 2014 o rácio de nascimentos/encerramentos mais elevado desde 2007: por cada empresa que encerrou actividade, nasceram 2,5 novas entidades.

“Em conjunto com os números de encerramentos e insolvências, esta recuperação do número de nascimentos para valores semelhantes aos registados antes do início do Programa de Assistência Económica e Financeira é um sinal positivo e poderá indiciar alguma adaptação e renovação do tecido empresarial nacional”, considera a directora-geral da Informa D&B, Teresa Cardoso de Menezes.

Segundo a Informa D&B, o sector de alojamento e restauração destacou-se pela subida registada na constituição de empresas, sendo no final de 2014 o terceiro sector com mais empresas criadas, a seguir aos serviços e ao retalho, e tendo conquistado ao sector da construção o terceiro lugar desde 2011.

Ainda nas constituições de empresas, a partir de 2009

é notória uma alteração de âmbito regional, passando o Norte a liderar este indicador, em detrimento da região de Lisboa.

Do barómetro divulgado resultam ainda “sinais positivos” no desempenho das empresas relativamente ao volume de negócios e às exportações, quando comparada a evolução de 2013-2012 com a de 2012-2011. São de destacar o sector da agricultura, pecuária, pesca e caça, com o maior crescimento no volume de negócios (4,3 por cento), e as indústrias transformadoras, com um crescimento de 1,2 por cento.

Em sentido inverso, entre os sectores que descem no volume de negócios destaca-se a construção (-9,5 por cento), sendo este o 4.º maior sector em termos do número de empresas.

Relativamente às exportações, a Informa D&B reporta uma “melhoria generalizada em todas as dimensões de empresas”, mas destaca o desempenho das pequenas e médias empresas, que apresentaram uma melhoria de 10,4 pontos percentuais.

Em destaque esteve também o sector das indústrias transformadoras, cujas exportações cresceram 6,6 por cento em 2013, para quase metade do seu volume de negócios.

Conselho de Ministros de 15 de Janeiro de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio das funções sociais da educação, saúde, segurança social e cultura.

São concretizadas as regras a que deve obedecer a contratualização entre o Estado e os municípios e as entidades intermunicipais e são também identificadas as competências delegáveis nos referidos domínios sociais.

Esta contratualização será aplicada de forma gradual e faseada, através de projectos-piloto, os quais irão envolver a transferência dos recursos necessários para as entidades locais e um processo transparente de acompanhamento e monitorização.

2. O Conselho de Ministros aprovou o caderno de encargos do processo de reprivatização indirecta do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, sendo estabelecidos os critérios de selecção dos candidatos à aquisição de acções.

Esta decisão é tomada - na sequência da aprovação do processo de reprivatização por venda directa de referência de até 61% das acções representativas do capital social da TAP - SGPS, S.A., e de uma oferta de venda destinada aos trabalhadores de até 5% do capital social.

A venda directa de referência compreende a alienação, pela PARPÚBLICA, por negociação particular, de um ou mais lotes indivisíveis de acções representativas do capital social da TAP - SGPS, S.A., a um ou mais investidores nacionais ou estrangeiros, individualmente ou em agrupamento.

Entre as exigências constantes do caderno de encargos hoje aprovado, está a contribuição para o reforço da capacidade económico-financeira da TAP - SGPS, S.A., e da TAP, S.A., e da sua estrutura de capital, bem como a assunção de compromissos de estabilidade laboral.

É também exigida a garantia de execução de um projecto estratégico, tendo em vista a preservação e promoção do crescimento da TAP, S.A., com a manutenção da integridade, identidade empresarial e autonomia do Grupo TAP, conservando a marca TAP e a sua associação a Portugal e assegurando que a sede e a direcção efectiva do Grupo TAP continuam a estar localizadas em Portugal, valorizando e desenvolvendo os seus recursos humanos. Será também avaliada a contribuição do projecto para o crescimento da economia nacional, incluindo o desenvolvimento do actual ‘hub’ nacional, como plataforma estratégica nas relações entre a Europa, África e a América Latina.

Os candidatos à reprivatização da TAP estão ainda vinculados ao cumprimento das obrigações de serviço público, incluindo no que respeita às ligações aéreas entre os principais aeroportos nacionais e as Regiões Autónomas, bem como a continuidade e reforço das rotas que sirvam as Regiões Autónomas, a diáspora e os países e comunidades de expressão ou língua oficial portuguesa.

Será tida em conta a experiência técnica e de gestão no sector da aviação, a sua idoneidade e capacidade financeira.

As acções a alienar no processo de privatização ficaram sujeitas a um período de indisponibilidade de 5 anos.

3. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece as regras a que devem obedecer o projecto, o fabrico e a avaliação da conformidade, a comercialização e a colocação em serviço dos equipamentos sob pressão, transpondo parte de uma directiva da União Europeia respeitante à classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas.

Aproveita-se ainda para actualizar o que nesta matéria respeita às atribuições nos domínios da qualidade e metrologia do Instituto Português da Qualidade, por extinção das direcções regionais de economia.

4. O Conselho de Ministros determinou a criação de uma equipa técnica visando o estudo de um modelo de governação transversal aos subsistemas de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, de saúde dos militares das Forças Armadas e de assistência na doença da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública.

A revisão do modelo de governação dos referidos subsistemas tem como objectivo promover ou reforçar a sua gestão articulada, aprofundando sinergias e optimizando recursos, nomeadamente no âmbito da contratação de fornecimentos e serviços, sem que daí advenha a perda de identidade e das características específicas de cada um dos subsistemas.

5. O Conselho de Ministros autorizou a Força Aérea Portuguesa a realizar a despesa relativa à aquisição de combustíveis operacionais de aviação, para o ano de 2015.

A despesa máxima autorizada é de cerca de 14,6 milhões de euros, com recurso ao acordo quadro celebrado para o fornecimento de combustíveis operacionais, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

6. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação dos membros do conselho de administração do Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E., assegurando-se a continuidade de funções dos actuais quatro membros, bem como a nomeação dos membros do conselho de administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., assegurando-se também a continuidade de funções dos actuais quatro membros, e aprovou ainda a nomeação de um vogal executivo (director clínico) do conselho de administração do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E..

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.

Portugal recuperou a confiança dos mercados



No debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro começou por se referir a mais um sucesso de colocação de dívida do Estado português. Recordou que Estado português colocou no mercado 5,5 mil milhões de euros em obrigações do tesouro, 2 mil milhões numa maturidade de 30 anos e 3,5 mil milhões na maturidade de 10 anos. Sublinhando que os juros rodam os 4,1 por cento e os 2,1 por cento, simultaneamente, o líder da bancada do PSD referiu que esta emissão de dívida suscita várias questões. “A primeira é registar a diferença da credibilidade do Estado português face à situação que este Governo e esta maioria herdaram. Três anos e meio depois Portugal já não depende da ajuda externa para se financiar, já não paga juros a 10 por cento ou mais e faz operações com condições iguais ou melhores do que as que fazia antes de 2008. Parece pouco, mas é um país diferente o país de Janeiro de 2015 face ao país de maio de 2011. E revela que Portugal tem hoje a confiança dos mercados. A segunda questão é a de saber se com este indicador podemos estar ou não num caminho da recuperação do ‘rating’ da república portuguesa. Uma última questão é saber como é que podemos valorar a confiança internacional que Portugal goza hoje, saber se os mercados acompanham ou não algumas reservas que alguns teimam em ter. É importante perguntar, aos que durante tanto tempo anunciaram que os juros baixos que Portugal conseguia se devia, não ao trabalho do Governo e dos portugueses, mas a decisões do Banco Central Europeu, porque é que a Grécia tem taxas de juro três ou quatro vezes superiores”.

O presidente do grupo parlamentar referiu-se aos números do desemprego. “Durante 20 meses os partidos da oposição nunca quiseram falar das estatísticas do desemprego e congratular-se com a descida da taxa do desemprego. Hoje, dada a circunstância de ter havido uma subida ligeira, os partidos da oposição vão falar do desemprego. Mas não vão dizer que temos ficado sempre aquém das várias projecções sobre a taxa de desemprego, nem vão dizer que continuamos a descer em termos homólogos, o que vai dizer é que a taxa de desemprego subiu. Nós continuamos onde sempre estivemos, preocupados com a elevada taxa de desemprego que temos em Portugal, mas sobretudo concentrados nos factores de competitividade da nossa economia que podem contribuir para que essa taxa continue a decrescer”. E é nesse sentido, adianta o deputado, que o programa Portugal 2020 assume um papel crucial, solicitando Luís Montenegro ao Primeiro-Ministro um balanço sobre este programa.

O social-democrata abordou, de seguida, a decisão unilateral do Governo dos Estados Unidos da América referente à Base das Lajes. “Dissemos que esta não é uma questão que deva dividir os agentes políticos e sociais em Portugal. É uma questão onde devemos estar todos juntos e empenhados para evitar as consequências sociais económicas que esta decisão pode comportar. Sabemos que vai reunir a Comissão

bilateral e perguntava como é que podemos contribuir para evitar ou minorar estes efeitos sociais e económicos”.

Luís Montenegro abordou a questão da privatização da TAP. “Foi ontem aprovado o caderno de encargos que não discrimina trabalhadores. Coisa diferente é que seja consagrado que os concorrentes possam ter como obrigação cumprir os acordos de empresa que estejam vigentes, é um sinal que valoriza a concertação social dentro de uma grande empresa.”

Setúbal

PSD enaltece trabalho das forças de segurança

Os deputados do PSD do distrito de Setúbal elogiam o trabalho das forças policiais no combate ao crime, que se têm traduzido numa diminuição efectiva da criminalidade praticada na região, à semelhança do que tem ocorrido no resto do país. Na sequência de reuniões realizadas com os Comandantes do Destacamento Territorial da GNR de Setúbal e do Comando Distrital de Setúbal da PSP, respectivamente, os sociais-democratas tomaram conhecimento da perspectiva da descida significativa dos principais indicadores da criminalidade, tendência que é persistente desde 2011.

Paulo Ribeiro, coordenador dos deputados do PSD, destacou que “a segurança de pessoas e bens constitui, inquestionavelmente, uma das funções essenciais do Estado e deve ser vista como uma actividade que assume uma natureza indelegável. Com efeito, a segurança não só constitui pressuposto indispensável do exercício, pelos cidadãos, dos seus direitos e liberdades fundamentais, como a preservação da estabilidade da própria sociedade e o normal desenvolvimento da actividade económica depende da sua garantia. A tranquilidade e a segurança de Portugal e dos portugueses é uma tarefa que o PSD tem considerado como uma das grandes prioridades da acção governativa”.

Os deputados sociais-democratas lamentaram que, muitas vezes, o esforço e o trabalho dos homens e mulheres das forças de segurança não seja devidamente enaltificado na defesa dos cidadãos e dos seus bens.

“Felizmente, nos últimos tempos, em especial nos últimos três anos, assistido a uma diminuição progressiva da criminalidade nesta região, que não há muito tempo era assolada por um sentimento de insegurança junto das populações”, recorda Paulo Ribeiro.

O social-democrata refere que “apesar dos condicionalismos orçamentais, e das restrições financeiras, muito tem sido feito pela GNR e pela PSP”, acrescentando ainda que Setúbal é um dos distritos mais populosos do país.

“As forças de segurança são constituídas por homens e mulheres que, exercendo uma função tão nobre, merecem todo o respeito da sociedade e do poder político”, sublinha.

Estas duas reuniões inserem-se num conjunto de visitas mais alargado que os deputados do PSD do distrito de Setúbal irão fazer durante o mês de Janeiro, dedicado à temática da segurança.



Encerramento parcial dos laboratórios de análises clínicas prejudica a população de São Jorge



O PSD/Açores defende “as vontades e os direitos dos cidadãos jorgenses, especialmente os idosos que, residindo numa ilha que não tem hospital, se têm visto confrontados com a redução dos serviços de saúde, nomeadamente com o encerramento parcial dos seus laboratórios de análises clínicas”. Falando sobre uma petição em análise no parlamento regional, o deputado António Pedroso reforçou que “a população de São Jorge assiste à ameaça de lhe ser retirado um serviço de que usufrui há décadas, numa decisão que ainda não foi devidamente explicada pelo Governo Regional. Preocupa-nos profundamente essa realidade, assim como o facto de a opção ter sido tomada contra os corpos clínicos das unidades de Saúde de São Jorge”, referiu.

“Aliás, os médicos de São Jorge acusam o governo regional de discriminar violentamente os jorgenses em relação aos residentes das ilhas com hospital. Consideram a medida injusta, imponderada e perigosa”, cita António Pedroso, reforçando que “o equipamento ‘point-of-care’ não substitui um laboratório de análises clínicas em lado nenhum”.

“Mas, nas palavras do senhor secretário da Saúde, esta medida economicista vai poupar cerca de 3 mil euros por mês. Este senhor faz parte do mesmo governo que não teve qualquer inibição em gastar 200 mil euros, que dariam para pagar cerca de 6 anos de manutenção dos serviços de laboratórios de análises clínicas em São Jorge, mas no apoio a um concerto de música de verão. Aí se vê quais são as prioridades da nossa tutela”, adianta.

António Pedroso recordou que o PSD/Açores já manifestou “que deveria haver pelo menos um laboratório em cada ilha, em serviço 24 horas por dia, mesmo entendendo que tem de haver contenção de custos. Mas não é admissível abandonar populações sem o mínimo de serviços de Saúde”, afirmou.

O deputado mostrou-se assim “completamente solidário com os jorgenses, e com os médicos da ilha, pois a defesa da saúde pública não deve ser posta em causa por questões económicas”.

Governo regional tem sido incapaz de resolver problemas das pescas

O PSD/Açores acusa o governo regional de “incapacidade” face aos problemas sentidos pelo sector das pescas no arquipélago, nomeadamente no que toca “à activação do FundoPesca, pedida quando os pescadores estão aflitos, enquanto o governo, insensível, demora, e embrulha-se em justificações e burocracias”, apontou o deputado Luís Garcia.

“Todos os anos, mais ou menos por esta altura, é sempre a mesma coisa e a novela repete-se”, disse o social-democrata, em plenário da Assembleia Legislativa, lembrando que “o sector das pescas vive uma crise profundíssima nos Açores”, uma situação “que se agrava a cada ano que passa. Os rendimentos são cada vez menores e aumentam as dificuldades sociais na comunidade piscatória”, denunciou.

Segundo Luís Garcia, “o FundoPesca devia ser um mecanismo quase automático, com a activação do apoio a ser feita sempre que cada empresário necessitasse” mas, ao invés disso “e face a um conselho de administração altamente governamentalizado, o apoio é usado pela tutela para tentar controlar o sector”, adiantou.

“O conselho de administração do FundoPesca tem cada vez mais governo e cada vez menos sector, e facilmente se comprova essa falta de autonomia, pois aquele órgão tem orçamento e poderia agilizar um apoio que é preponderante para as pescas açorianas”.

Luís Garcia referiu também que as propostas apresentadas pelo PSD/Açores, que foram chumbadas pela maioria socialista, “já teriam melhorado todo o processo”, caso estivessem em vigor, equiparando os critérios de activação do apoio ao que acontece a nível nacional. “Lamentavelmente, continuam a valer, na Região, a lentidão, a burocracia, e uma clara injustiça para os nossos pescadores”, concluiu.



Número 576 • 11 de Setembro de 1985 • Preço 30\$00

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

A Dinâmica da Esperança

«Retomar a esperança»: esta palavra de ordem do PSD, na próxima campanha eleitoral, está a tornar-se numa realidade viva, através do entusiasmo com que os nossos militantes estão a participar na arrancada para a vitória.

Essa arrancada deve entretanto ser preparada com inteligência, método e organização. Foi por isso que no último fim-de-semana se reuniram em Lisboa, os candidatos do nosso Partido, num seminário conjunto do PSD e do IPSD, para estudarem o programa eleitoral do nosso Partido e a linguagem a adoptar durante a campanha. Ao mesmo tempo, a JSD reuniu-se num outro seminário, preparando a sua intervenção própria, ao lado do PSD, com igual empenhamento e dinamismo.

A campanha eleitoral mostrará as razões dos sociais-democratas, com argumentos válidos, sérios e coerentes. Eles têm sido explicados, claramente, por Cavaco Silva, nas suas intervenções. Cabe a todos os militantes desenvolver e adaptar tais argumentos, no contexto de cada círculo eleitoral, de cada concelho, de cada freguesia, de cada local de trabalho e convívio.

A pedagogia democrática não se confunde com a demagogia, de que alguns dos nossos adversários usam e abusam. É preciso saber ganhar eleitores, sobretudo os ainda indecisos, pela afirmação, concretizando e exemplificando o nosso projecto e o nosso programa para fazer sair Portugal da crise.

É possível essa saída, num clima de confiança dos cidadãos.

É possível a resolução dos problemas económicos e sociais, com os meios de que dispomos.

É possível melhorar o nível de vida, diminuir a inflação, baixar o desemprego, aumentar o investimento, com uma política económica e financeira adequada.

É possível fazer face ao desafio da entrada na CEE, preservando a nossa identidade nacional.

Numa palavra: É possível a esperança.

Será a dinâmica da esperança que levará os portugueses a votar, em 6 de Outubro, no PSD, como partido patriótico, democrático e solidário, que luta pela justiça dentro da liberdade.

J.A.S.

PROGRAMA DE GOVERNO É APRESENTADO SEXTA-FEIRA

O Programa de Governo do PSD é apresentado na próxima sexta-feira, em conferência de Imprensa presidida pelo Prof. Cavaco Silva, no Clube Residencial da Boavista, no Porto, com início às 9h15.

Cavaco Silva em Torres Vedras

ESTABILIDADE SÓ É POSSÍVEL MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PORTUGUESES

«O PSD luta pela criação de uma verdadeira estabilidade social e política para o país, estabilidade que só é possível com a melhoria das condições de vida dos portugueses», afirmou o líder do PSD, na quinta de Paio Correia, Torres Vedras. Para Cavaco Silva a melhoria das condições de vida, passa pelo «combate à inflação e à carestia de vida, passa pela distribuição mais justa dos impostos, diminuindo os que incidem sobre o trabalho».

No final de um dia em que visitou o mercado de S. Pedro de Sintra, de manhã, e presidiu ao encerramento de um seminário do IPSD, subordinado ao tema «A So-

cial Democracia e a participação parlamentar», o líder do PSD, Prof. Cavaco Silva, defendeu que o «Governo deve funcionar como um todo e não como uma federação de ministérios», cumprindo-lhe «criar uma onda de confiança e credibilidade», «assegurar a articulação entre ministérios» e «tomar as medidas certas no momento oportuno».

O líder do PSD fez estas afirmações quando participou num convívio-festa na quinta de Paio Correia, em Torres Vedras, a meio da tarde do passado domingo. Primeiro tinha estado no choupal e a seguir visitou a sede local do PSD.



Dois aspectos da actividade desenvolvida pelo Prof. Cavaco Silva no passado fim-de-semana. Em cima: falando na festa-convívio em Torres Vedras; em baixo: contactando a multidão na feira do Artesanato do Estoril

**COMÍCIO DE ABERTURA DA CAMPANHA ELEITORAL
DOMINGO DIA 15 NO PORTO**
(Pavilhão Infante de Sagres com início às 21h30)
com **CAVACO SILVA**



Portugal 2020

Jaime Quesado (*)

O Novo Pacote de Fundos Portugal 2020 é um desafio para a Economia Portuguesa. No contexto da actual situação económica e no meio de uma profunda crise financeira internacional, continua a ser evidente no nosso país a falta de um Modelo de Desenvolvimento que seja partilhado sob a forma de Contrato Estratégico entre o Estado e a Sociedade Civil. Os actores económicos e sociais (Municípios, Empresas, Universidades, Centros de Inovação) preocupam-se unicamente com a sua sobrevivência conjuntural e com isso têm desperdiçado a oportunidade única de fazer do Portugal 2020 uma aposta sustentada para o futuro do país. Por isso, no PORTUGAL 2020 muito tem que Mudar!

O Portugal 2020 foi concebido como um instrumento inovador para dar resposta às novas exigências que a competição da economia global e os novos fenómenos sociais exigem ao nosso país. O balanço de mais de 25 anos de Fundos Comunitários em Portugal é muito claro: aposta sustentada na melhoria das infra-estruturas do país, numa lógica não raras vezes pouco coordenada e monitorizada (veja-se a proliferação desnecessária de parques industriais e pavilhões desportivos municipais), falhas sucessivas nas acções de formação empreendidas ao longo das três intervenções levadas a efeito, resultados muito frágeis nas áreas essenciais da inovação, conhecimento e competitividade. Ou seja. Passado este tempo Portugal é um país de auto-estradas com menos coesão territorial e crescentes desigualdades sociais numa Europa em grande indefinição de identidade.

O Portugal 2020 não pode ser interpretado pelos actores nacionais como mais um instrumento financeiro utilizável para dar cobertura a uma crescente falta de financiamento nos circuitos tradicionais. Em tempo de crise financeira, impõe-se mais do que nunca um verdadeiro “choque operacional” que conduza a mudanças claras e necessárias: desactivação das actividades empresariais sem valor, aposta maciça numa formação/educação que produza quadros reconhecidos pelo mercado, fixação de investimentos e talentos nas regiões mais desfavorecidas, criação de um contexto competitivo moderno voltado para a criatividade das pessoas e a qualidade de vida das cidades. O QREN dispõe dos instrumentos financeiros que poderão ajudar a alavancar toda esta Agenda de Mudança que queremos para o nosso país.

É por isso que a aposta numa “Estratégia Colectiva” para o futuro tem que ser a marca desta nova fase do Portugal 2020. Um sinal de aposta nas políticas do conhecimento, centradas em territórios inteligentes e apostas na dinamização de verdadeiros “trabalhadores criativos”. Ideias muito simples e claras e para as quais mais não é necessário do que um pacto de “cumplicidade estratégica” e “convergência operacional” entre todos os que têm responsabilidades – actores públicos, empresas, Universidades e Centros de Saber. O Portugal 2020 não pode ser interpretado como um mero instrumento conjuntural de resposta a uma crise estrutural mas antes como uma aposta estrutural capaz de alterar a conjuntura no futuro.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Por quem dobram os sinos de Notre Dame

Rosa Arezes (*)

A violência é inaceitável. Não só porque não resolve qualquer problema, antes avoluma a espiral do ódio e de vingança, mas também por atropelar a dignidade do ser humano. Não tenho, por isso, qualquer dúvida em repudiar o recente massacre em Paris.

Vou, no entanto, mais longe. Lamento, com idêntica determinação, a linha editorial e o comportamento recorrente do tal “Charlie Hebdo”, arrogantemente auto-subintitulado “jornal irresponsável”.

Lamento que, em nome de uma pretensa liberdade de expressão, se ofendam, de uma forma sistemática, os valores, as convicções religiosas de milhões e milhões de crentes, seja de que confissão for.

Lamento que, em nome de uma pretensa liberdade de expressão e do alegado valor da criatividade artística, se procure retirar dividendos comerciais, alimentando polémicas insensatas à custa da afronta e de um tratamento caricatural das pessoas e das instituições.

Numa cultura democrática, considero que o exercício da liberdade tem de ser conjugado com a responsabilidade. E que a liberdade de expressão tem limites, pelo que não pode ser utilizada como meio para ofender ou lesar a honra e a dignidade da pessoa humana e das instituições. Nem para alimentar ambientes e vivências que, ideologicamente, atentem contra a Humanidade.

O próprio fundador do jornal satírico já veio a público afirmar que o editor “arrastou a equipa” para a morte, ao exagerar nos cartoons. Aliás, não deixa de ser sintomático que o atual grande tema de debate em França tenha a ver com o(s) limite(s) à liberdade de expressão. E que muitos dos “media” de prestígio internacional tenham evitado, na semana passada, reproduzir na íntegra a capa do jornal (uma caricatura de Maomé) que, entretanto, voltou às bancas, com mais do mesmo.

Tenho-o à minha frente e leio o seu editorial, assinado pelo novo director. Logo a abrir, escreve Gérard Biard que o maior motivo de riso na redacção foi o facto de os sinos da catedral de Notre Dame terem repicado “em nossa honra...”.

Puro engano, Biard. Não acredito que tenha sido em honra do “Charlie, jornal ateu”. Não! Os sinos de Notre Dame tocaram, isso sim, em memória dos que morreram e em louvor à Vida e ao respeito pela dignidade da pessoa humana.

O “Quasimodo” que os tocou continua, certamente, a sonhar com a liberdade, tal como o do filme “O Corcunda de Notre Dame”. Mas uma Liberdade exercida com Responsabilidade. E apenas empenhada em construir pontes, em aprofundar laços, em fazer Humanidade...

(*) Deputada do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ARMAMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Armamar, para reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2015 (segunda-feira), pelas 18h00 no Salão Paroquial de Armamar, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Aprovação de contas relativas ao exercício de 2014 e orçamento de 2015

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 2015 (quinta-feira), pelas 21h30 na sede, sita na Rua de Trás-os-Montes, nº 4-B – Santo António da Charneca, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1 – Informações

2 – Apresentação e aprovação das contas do exercício do ano de 2014

3 – Apresentação e aprovação do orçamento para o ano de 2015

4 – Análise da situação política

CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cinfães, para reunir no

próximo dia 07 de Fevereiro de 2015 (sábado), pelas 16h00 no edifício da Junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Aprovação do relatório de contas de 2014
- 2 - Aprovação do orçamento para 2015
- 3 - Análise da situação política local e nacional
- 4 - Outros assuntos

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ílhavo, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 21 de Fevereiro de 2015 (sábado) pelas 18h00, na sede, sita no Edifício Illiabum, bloco A, 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção para o biénio 2015/2017

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00

LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lagoa, para reunir no próximo dia 07 de Março de 2015 (sábado) pelas 15h30, na sede, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção para o biénio 2014/2016.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 15h30 às 18h30

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Montijo, para reunir no próximo dia 14 de Fevereiro de 2015 (sábado), pelas 14h30 na sede, sita na Praça da República, nº 23, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação de contas de 2014
- 3 - Análise da situação política

SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Marta de Penaguião, para reunir no próximo dia 23 de Janeiro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h30 na sede, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política e plano de acção para 2015
- 2 - Discussão, análise e aprovação das Contas de 2014
- 3 - Outros assuntos

SÃO PAULO / BRASIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de São Paulo / Brasil, para reunir no próximo dia 21 de Fevereiro de 2015 (sábado) pelas 15h00, nas instalações da Casa de Portugal de São Paulo, sita na Av. da Liberdade. Nº 602, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Eleição da Comissão Política e de Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00



I CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD

De acordo com os Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o I Conselho Nacional Ordinário da JSD, a realizar no dia 28 de Fevereiro de 2015, pelas 14h30, no Teatro Sá da Bandeira, sito na Rua João Afonso, n.º 7, 2000-055, em Santarém. Com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição dos representantes da JSD ao Conselho Nacional do PSD;
- 2 - Apresentação, Discussão e Votação do Relatório e Contas referente ao exercício de 2014;
- 3 - Apresentação, Discussão e Votação do Orçamento para o exercício de 2015;
- 4 - Nomeação dos Coordenadores do Ensino Básico e Secundário, Superior e JASD, de acordo com o n.º 3 do art. 122.º dos Estatutos Nacionais da JSD
- 5 - Apresentação, discussão e votação das alterações ao regulamento do Conselho Nacional da JSD;
- 6 - Apresentação, discussão e votação das alterações ao regulamento nacional dos congressos regionais e conselhos regionais da JSD;
- 7 - Apresentação, discussão e votação das alterações ao regulamento eleitoral da JSD;
- 8 - Apresentação, discussão e votação das alterações ao regulamento financeiro da JSD;
- 9 - Apresentação, discussão e votação das alterações ao regulamento jurisdicional da JSD;
- 10 - Apresentação, discussão e votação das alterações ao regulamento de admissão e transferência de militantes;
- 11 - Análise da situação política;
- 12 - Outros assuntos.

Notas:

No que concerne às eleições previstas no nr 1 da Ordem de Trabalhos, as urnas estarão abertas entre as 15h e as 17h.

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente do Conselho Nacional ou a quem, estatutariamente, a possa substituir, até às 23h59 do terceiro dia anterior à Eleição, na Sede Nacional da JSD.

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Ponte da Barca para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2015, Sábado, pelas 21h30m, no Auditório da Casa de Santo António do Buraquinho, sita na Vila de Ponte da Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Ponte da Barca 2020 - Vencer o Futuro;
- 3 - Análise da situação política local, distrital e nacional.

BOTICAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário da Concelhia de Boticas, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2015, quinta-feira, pelas 18 horas, na Sede do PSD Boticas, sita na Av. de Sangunhedo, n.º 25, na Vila de Boticas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa do Plenário Concelhio.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem o substitua até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede

do PSD Boticas, sita na morada supra citada.

O acto eleitoral decorrerá entre as 18h00m e as 22 horas.

BONFIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo do Bonfim para reunir no próximo dia 21 de Fevereiro de 2015, pelas 18 horas, na sede Distrital do Partido Social Democrata e da Juventude Social Democrata do Porto, sita na Rua de Guerra Junqueiro, nr. 64 - Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo da JSD Núcleo do Bonfim

Notas:

As urnas estarão abertas das 18 horas às 20 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Porto, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede Distrital do Partido Social Democrata e da Juventude Social Democrata do Porto, sita à Rua de Guerra Junqueiro, nr. 64 - Porto, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo do Centro Histórico do Porto para reunir no próximo dia 21 de Fevereiro de 2015, pelas 18 horas, na sede Distrital do Partido Social Democrata e da Juventude Social Democrata do Porto, sita na Rua de Guerra Junqueiro, nr. 64 - Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo da JSD Núcleo do Centro Histórico do Porto

Notas:

As urnas estarão abertas das 18 horas às 20 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Porto, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede Distrital do Partido Social Democrata e da Juventude Social Democrata do Porto, sita à Rua de Guerra Junqueiro, nr. 64 - Porto, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

NÚCLEO LITORAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo Litoral do Porto para reunir no próximo dia 21 de Fevereiro de 2015, pelas 18 horas, na sede Distrital do Partido Social Democrata e da Juventude Social Democrata do Porto, sita na Rua de Guerra Junqueiro, nr. 64 - Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo da JSD Núcleo Litoral do Porto

Notas:

As urnas estarão abertas das 18 horas às 20 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Porto, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede Distrital do Partido Social Democrata e da Juventude Social Democrata do Porto, sita à Rua de Guerra Junqueiro, nr. 64 - Porto, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo Ocidental do Porto para reunir no próximo dia 21 de Fevereiro de 2015, pelas 18 horas, na sede Distrital do Partido Social Democrata e da Juventude Social Democrata do Porto, sita na Rua de Guerra Junqueiro,

ro, nr. 64 – Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo da JSD Núcleo Ocidental do Porto

Notas:

As urnas estarão abertas das 18 horas às 20 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Porto, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede Distrital do Partido Social Democrata e da Juventude Social Democrata do Porto, sita à Rua de Guerra Junqueiro, nr. 64 – Porto, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD Porto para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2015, pelas 21 horas, na Sede do PSD/JSD de Paranhos, sita no Largo do Campo Lindo, nr. 63 – Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 - Análise da situação política.



SECÇÃO LABORAL DOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Nos termos da alínea b) do Art.º 50º dos Estatutos dos TSD e do Art.º 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos Bancários dos TSD do Distrito de Setúbal, para a Assembleia da Secção Laboral que se realiza no dia 24 de Fevereiro, das 16H30 às 19H30, com mesa de voto a funcionar na Sede Distrital, sita na Av. Dr. Manuel Arriaga, nº 16-3º Esq, em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição do Secretariado da Secção Laboral.
Setúbal, 19 de Janeiro de 2015

Pe'l'O Secretariado Distrital de Setúbal

José Joaquim Martins do Rosário
Presidente

Nota: De acordo com o nº 3, do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as Listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 13 de Fevereiro de 2015, na Sede Distrital dos TSD, sita na Av. Dr. Manuel Arriaga, nº 16 – 3º Esq., em Setúbal